



ESTADO DE SERGIPE  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

## **Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis – Exercício 2022**

Unidade Gestora: 05401 - Fundo Especial de Recursos e Despesas

### **1. FUNDO ESPECIAL DE RECURSOS E DESPESAS**

Em 09/12/1991, a Lei nº 3.099 criou no Tribunal de Justiça o Fundo de Recursos e Despesas (F.E.R.D), com a finalidade de arrecadar recursos próprios, não originários do Tesouro Estadual, que lhe proporcionem completar os recursos orçamentários para o fim de suprir as despesas a que obriga, com a prestação de serviços às comunidades e entidades ligadas com a distribuição da justiça, enfim a melhoria dos seus serviços, das suas instalações e do nível intelectual e profissional dos magistrados e do seu pessoal, para satisfatória prestação jurisdicional a todos.

### **2. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE**

As demonstrações contábeis do setor público, aplicáveis a esta unidade gestora, referentes ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2022, estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei Federal nº 4.320/64, a Lei complementar nº 101/00, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público - NBC TSP, e o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP e incluem:

- Balanço Orçamentário;
- Balanço Financeiro;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração das Variações Patrimoniais; e
- Demonstração dos Fluxos de Caixa.

### **3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As principais políticas contábeis aplicadas às demonstrações contábeis estão definidas abaixo:

#### **➤ Disponibilidades**

As disponibilidades (Caixa e Equivalente de Caixa) são mensuradas ou avaliadas pelo valor original. Quando em moeda estrangeira, é realizada a conversão para moeda nacional à taxa de câmbio vigente a data do Balanço Patrimonial.

No tocante às aplicações financeiras de liquidez imediata, a mensuração ou avaliação levará em conta o valor original, atualizado até a data do Balanço Patrimonial.



ESTADO DE SERGIPE  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

➤ **Créditos e Dívidas**

Os direitos a receber e as obrigações a pagar são mensurados ou avaliados pelo valor original, e quando em moeda estrangeira, os créditos e dívidas serão convertidos à taxa de câmbio vigente na data do balanço patrimonial.

➤ **Estoques**

Os estoques são mensurados ou avaliados pelo custo de aquisição, que compreende o preço de compra, os impostos de importação e outros tributos não recuperáveis, bem como os custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição de produtos acabados, materiais e serviços, deduzidos os descontos comerciais e abatimentos.

O valor evidenciado na demonstração refere-se ao valor contábil total em estoque e será reconhecido como despesa no momento em que for consumido.

➤ **Imobilizado**

O ativo imobilizado é reconhecido com base no valor de aquisição, produção ou construção.

1 Na aquisição, o valor compreende o preço de compra, impostos de importação e outros tributos não recuperáveis, bem como os custos de transporte, seguro, manuseio, mão de obra decorrente da aquisição, honorários profissionais e preparação do local, ou seja, gastos atribuíveis para a colocação do ativo no local e em condições de operação.

2 Na produção ou construção, o valor refere-se ao material e mão de obra diretamente empregados e os custos indiretos de produção ou construção.

No tocante aos ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o registro é efetuado pelo valor justo na data do recebimento, considerado o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimentos técnicos ou o valor patrimonial definido nos termos de doação.

Quanto aos gastos posteriores à aquisição do registro do ativo imobilizado, os mesmos são incorporados ao valor do ativo quando houver possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviço. No custo de reposição de parte do ativo, a incorporação ao valor do ativo se dá sempre quando haja uma melhoria ou adição complementar significativa.

Nas transferências de ativos recebidos pelo TJSE, o reconhecimento é pelo valor contábil líquido constante dos registros da entidade de origem.



ESTADO DE SERGIPE  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

➤ **Ativo Intangível**

O ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do TJSE e é mensurado ou avaliado, inicialmente, com base no valor de aquisição ou produção, e caso sejam obtidos a título gratuito, o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimentos técnicos ou o valor patrimonial definido no termo de doação.

➤ **Ajuste de Exercícios Anteriores**

Realiza-se o ajuste de exercícios anteriores quando, em exercícios passados, não tenha sido reconhecido um fato que reduz ou aumenta a situação patrimonial, conforme mensura o Regime da Competência. Assim, no exercício em apuração, a contabilidade deve registrar os fatos não reconhecidos no Patrimônio Líquido, na conta Ajuste de Exercícios Anteriores.

➤ **Depreciação e Amortização**

Está sendo realizada a Depreciação de Bens Móveis em consonância com o MCASP, entretanto, a Depreciação dos Bens Imóveis e a Amortização até o momento não foram implantadas no TJSE, contudo, o Órgão tem iniciado um trabalho para a fiscalização dos procedimentos contábeis patrimoniais.

➤ **Resultado do Exercício**

Registra os superávits ou déficits do exercício.

#### 4. **BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

➤ **Critérios para Elaboração**

O Balanço Orçamentário contempla o orçamento com suas alterações e a execução orçamentária, demonstrando as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas, conforme preconizado pela Lei nº 4.320/64.

Ele encontra-se estruturado de acordo com a Instruções de Procedimentos Contábeis – IPC 07, bem como com orientações da 9ª Edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP.

No Balanço Orçamentário, as receitas foram evidenciadas por categoria econômica, origem e espécie, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar; já as despesas foram demonstradas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, liquidadas, pagas e o saldo da dotação.



ESTADO DE SERGIPE  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

➤ **Alteração Orçamentária**

A Dotação Atualizada é composta da seguinte forma:

<b>ALTERAÇÕES DA DOTAÇÃO</b>	
<b>Título</b>	<b>Exercício 2022</b>
Dotação Inicial (I)	83.829.775,00
Crédito Suplementado por Superávit Financeiro (II)	11.385.262,59
Crédito Suplementado por Excesso de Arrecadação (III)	17.960.000,00
Redução de Créditos (IV)	(650.000,00)
Crédito Suplementado por Redução de Créditos (V)	650.000,00
<b>Dotação Atualizada (IV) = (I) + (II) + (III) + (IV) = (V)</b>	<b>113.175.037,59</b>

➤ **Créditos Adicionais**

Por crédito adicional, entendem-se as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária.

Conforme o art. 41 da Lei nº 4.320/1964, os créditos adicionais são classificados em:

- I – suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;
- II – especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;
- III – extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

**Composição dos Créditos Adicionais:**

<b>DECRETO</b>	<b>Créditos Suplementares</b>	<b>Recursos Utilizados</b>		
		<b>Superávit Financeiro</b>	<b>Excesso de Arrecadação</b>	<b>Redução de Verbas</b>
117/2022	5.000.000,00	5.000.000,00		
215/2022	3.000.000,00	3.000.000,00		
245/2022	1.900.000,00			1.900.000,00
282/2022	3.385.262,59	3.385.262,59		
325/2022	9.500.000,00		9.500.000,00	
351/2022	50.000,00			50.000,00
397/2022	8.460.000,00		8.460.000,00	
430/2022	650.000,00			650.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>31.945.262,59</b>	<b>11.385.262,59</b>	<b>17.960.000,00</b>	<b>2.600.000,00</b>



ESTADO DE SERGIPE  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

➤ **Receitas Orçamentárias**

O quadro a seguir apresenta as receitas orçamentárias previstas, atualizadas e efetivamente arrecadadas.

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>83.829.775,00</b>	<b>101.789.775,00</b>	<b>104.101.952,32</b>	<b>2.312.177,32</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	60.445.675,00	78.405.675,00	75.483.665,74	-2.922.009,26
Receita Patrimonial	678.665,00	678.665,00	2.759.206,79	2.080.541,79
Transferências Correntes	0,00	0,00	75.000,00	75.000,00
Outras Receitas Correntes	22.705.435,00	22.705.435,00	25.784.079,79	3.078.644,79
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>254.500,00</b>	<b>254.500,00</b>
Alienação de Bens	0,00	0,00	254.500,00	254.500,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>83.829.775,00</b>	<b>101.789.775,00</b>	<b>104.356.452,32</b>	<b>2.566.677,32</b>

- Houve um Excesso de Arrecadação de R\$ 20.526.677,32, quanto a Previsão Inicial das Receitas;

- A Alienação de Bens no valor de R\$ 254.000,00 correspondeu ao I Leilão de Bens Móveis Inservíveis a Administração Pública do ano de 2022, OFICIO 15973/2020, PROCESSO SEI 0023301-43.2022.8.25.8825.

➤ **Despesas Orçamentárias**

O quadro a seguir apresenta as despesas orçamentárias desde a dotação inicial até o saldo, considerando a dotação atualizada e as despesas empenhadas.

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Desp. Correntes	80.089.775,00	105.435.037,59	101.216.104,09	92.935.282,00	92.641.915,52	4.218.933,50
Out. desp. correntes	80.089.775,00	105.435.037,59	101.216.104,09	92.935.282,00	92.641.915,52	4.218.933,50
Desp. de Capital	3.740.000,00	7.740.000,00	7.102.467,73	5.828.496,29	5.828.496,29	637.532,27
Investimentos	3.740.000,00	7.740.000,00	7.102.467,73	5.828.496,29	5.828.496,29	637.532,27
<b>TOTAL DESPESAS</b>	<b>83.829.775,00</b>	<b>113.175.037,59</b>	<b>108.318.571,82</b>	<b>98.763.778,29</b>	<b>98.470.411,81</b>	<b>4.856.465,77</b>

- Houve uma **Economia de Gastos** (Dotação Atualizada – Despesas Empenhadas) de R\$ 4.856.465,77;

➤ **Resultado Orçamentário**

- O **Resultado Orçamentário** (Receita Arrecadada - Despesas Empenhadas) corresponde a um **déficit** de **(R\$ 3.962.119,50)**. Esse desequilíbrio orçamentário se deu devido à abertura de crédito suplementar por superávit financeiro.



ESTADO DE SERGIPE  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

➤ **Execução de Restos a Pagar**

O total de Restos a Pagar perfaz em R\$ 9.848.160,01, sendo composto da seguinte forma:

- Saldo de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores: R\$ 0,00
- Valor inscrito de Restos a Pagar não Processados em 31/12/2022: R\$ 9.554.793,53;
- Valor inscrito de Restos a Pagar Processados em 31/12/2022: R\$ 293.366,48

5. **BALANÇO FINANCEIRO**

➤ **Critérios para Elaboração**

O Balanço Financeiro foi elaborado de acordo com o disposto no artigo 103 da Lei 4.320/64 cominado com as orientações contidas no MCASP e Instruções de Procedimentos Contábeis – IPC 06, demonstrando as receitas e as despesas orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

As receitas e despesas orçamentárias foram apresentadas por destinação de recursos (destinação vinculada e/ou destinação ordinária).

➤ **Detalhamento das Receitas e Despesas por Fonte de Recursos**

ESPECIFICAÇÃO	Fonte Recursos	Exercício Atual	
		Ingressos	Dispêndios
Ordinárias	270	104.356.452,32	108.318.571,82

Os ingressos são oriundos da arrecadação de custas judiciais, extrajudiciais, taxas judiciárias, bem como serviços administrativos.

O saldo disponível proveniente do exercício anterior foi de R\$ 23.330.912,89 e a disponibilidade financeira transferida para o exercício seguinte foi de R\$ 19.123.055,67. Dessa conjugação, apurou-se o resultado financeiro **negativo** de **(R\$ 4.207.857,22)**. Esse decréscimo no disponível desta Unidade Gestora foi aferido através da movimentação financeira demonstrada no Balanço Financeiro e da geração líquida de caixa e equivalentes apurada no Demonstrativo de Fluxo de Caixa.



ESTADO DE SERGIPE  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Os recursos financeiros se encontram distribuídos nas **Contas Bancárias** relacionadas na tabela a seguir:

<b>SALDO EM ESPÉCIE TRANSFERIDO PARA O EXERCÍCIO DE 2023</b>					
<b>Banco</b>	<b>Agência</b>	<b>Conta</b>	<b>Saldo Conta Corrente</b>	<b>Saldo Aplicação Financeira</b>	<b>Saldo Total</b>
BANESE	34	400.158-2	19.188,86	697.826,51	717.015,37
BANESE	34	400.512-0	5.062,56	5.125.892,23	5.130.954,79
BANESE	34	400.511-1	9.378,25	193.501,80	202.880,05
BANESE	34	400.557-0	100,92	2.195.523,31	2.195.624,23
BANESE	34	400.582-0	9,79	805.607,15	805.616,94
BANESE	34	400.672-0	738,03	9.908.110,33	9.908.848,36
BANESE	34	400.682-7	26	66.332,40	66.358,40
BANESE	34	400.061-6	86,27	1.641,93	1.728,20
BANCO DO BRASIL	3611-0	5.939-0		94.029,33	94.029,33
<b>TOTAL</b>			<b>R\$ 34.590,68</b>	<b>R\$ 19.088.464,99</b>	<b>R\$ 19.123.055,67</b>

## 6. **BALANÇO PATRIMONIAL E SUAS VARIAÇÕES**

### ➤ **Critérios para Elaboração do Balanço Patrimonial e da Demonstração das Variações Patrimoniais**

O **Balanço Patrimonial** é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

A Lei nº 4.320/1964 confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos, Financeiro e Permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem.

A fim de atender aos novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP), as estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN nº 438/2012, bem como instruída pelas Instruções de Procedimentos Contábeis – IPC 04.





ESTADO DE SERGIPE  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

➤ **Composição do Balanço Patrimonial**

ATIVO					
ESPECIFICAÇÃO	2022	%	2021	%	VARIAÇÃO (2022 - 2021)
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>20.997.014,89</b>	<b>19,22%</b>	<b>24.782.199,25</b>	<b>23,22%</b>	<b>-3.785.184,36</b>
Caixa	19.123.055,67	17,50%	23.330.912,89	21,86%	-4.207.857,22
Estoques	1.873.959,22	1,71%	1.451.286,36	1,36%	422.672,86
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>88.275.642,55</b>	<b>80,78%</b>	<b>81.939.616,01</b>	<b>76,78%</b>	<b>6.336.026,54</b>
Imobilizado	82.420.958,85	75,43%	77.114.540,31	72,26%	5.306.418,54
Intangível	5.854.683,70	5,36%	4.825.075,70	4,52%	1.029.608,00
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>109.272.657,44</b>	<b>100,00%</b>	<b>106.721.815,26</b>	<b>100,00%</b>	<b>2.550.842,18</b>

O **Ativo Circulante** encerrou o exercício de 2022 com o valor total de R\$ 20.997.014,89, sendo que R\$ 19.123.055,67 deste montante coube ao grupo “Caixa e Equivalentes de Caixa”.

O **Estoque** apresentou saldo de R\$1.873.959,22, divergindo do saldo do demonstrativo do Balanço de Materiais apresentado pela Divisão de Almojarifado, conforme pode ser observado abaixo. Cabe esclarecer que a divergência se deu devido a entrada de bens ao final do exercício de 2022 bem como respectiva inscrição em Restos a Pagar Não Processados.

CONCILIAÇÃO FERD			
Almojarifado X Contabilidade			
dezembro 2022			
	Documento	Valor	Total
<b>SALDO CONTABILIDADE</b>			R\$ 1.873.959,22
<b>NOTAS FISCAIS A LIQUIDAR</b>			R\$ 70.933,22
MED E SERVIÇOS LTDA ME	1.072	R\$ 1.267,44	
MED E SERVIÇOS LTDA ME	1.084	R\$ 428,98	
W.C.S. COMERCIAL	4.197	R\$ 450,00	
W.C.S. COMERCIAL	4.174	R\$ 4.700,00	
W.M.W. COMERCIAL	18.257	R\$ 7.460,00	
W.M.W. COMERCIAL	18.270	R\$ 2.250,00	
W.M.W. COMERCIAL	18.304	R\$ 1.340,00	
W.M.W. COMERCIAL	18.324	R\$ 12.876,00	
W.M.W. COMERCIAL	18.336	R\$ 1.530,00	
W.M.W. COMERCIAL	18.352	R\$ 5.748,80	
W.M.W. COMERCIAL	18.366	R\$ 6.463,00	
W.M.W. COMERCIAL	18.376	R\$ 12.179,00	
W.M.W. COMERCIAL	18.380	R\$ 12.140,00	
W.M.W. COMERCIAL	18.454	R\$ 2.100,00	
<b>NOTAS FISCAIS A ENTRAR NO ALMOJARIFADO</b>			
<b>SALDO ALMOJARIFADO</b>			R\$ 1.944.892,44





ESTADO DE SERGIPE  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

O **Ativo Imobilizado** monta em R\$ 82.420.958,85, sendo composto de R\$ 35.684.793,11 por Bens Móveis e R\$ 46.736.165,74 por Bens Imóveis. Segundo instruções do MCASP, o imobilizado foi apresentado pelo valor líquido, já descontado da depreciação e amortização acumuladas.

O **Total do Ativo** aumentou em R\$ 2.550.842,18 do ano de 2021 para 2022.

PASSIVO					
ESPECIFICAÇÃO	2022	%	2021	%	VARIAÇÃO (2022 - 2021)
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>928.387,18</b>	<b>100,00%</b>	<b>387.043,34</b>	<b>100,00%</b>	<b>541.343,84</b>
FORNECEDORES A PAGAR	293.366,48	31,60%	38.500,00	9,95%	254.866,48
CAUÇÕES EM DINHEIRO	362.264,74	43,20%	348.543,34	90,05%	52.497,98
CONSIGNAÇÕES	272.755,96	25,20%	0,00	0,00%	233.979,38
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00</b>
		0,00%	0,00	0,00%	0,00
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>928.387,18</b>	<b>100,00%</b>	<b>387.043,34</b>	<b>100,00%</b>	<b>541.343,84</b>

O **Passivo Circulante** montou em R\$ 928.387,18, composto pelo valor dos Restos a Pagar Processados no valor de R\$ 293.366,48, Depósitos e Cauções em dinheiro no valor de R\$ 362.264,74 e Consignações no valor de R\$ 272.755,96. Não houve registros de obrigações exigíveis de longo prazo.

O **Total do Passivo** aumentou em R\$ 541.343,84 do ano de 2021 para 2022.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PL)			
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	VARIAÇÃO (2022 - 2021)
1- PATRIMÔNIO SOCIAL	96.652.115,86	96.652.115,86	0,00
2 - RESULTADOS ACUMULADOS	11.692.154,40	9.682.656,06	2.009.498,34
2.1-Superávit ou Déficit do Exercício	2.009.498,34	-2.161.018,88	4.170.517,22
2.2-Superávit ou Déficit dos Exercícios Anteriores	9.682.656,06	11.843.674,94	-2.161.018,88
2.3-Ajustes dos Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DO PL</b>	<b>108.344.270,26</b>	<b>106.334.771,92</b>	<b>2.009.498,34</b>

O **Patrimônio Líquido** foi R\$ 108.344.270,26, composto de R\$ 96.652.115,86 de Patrimônio Social e R\$ 11.692.154,40 de Resultados Acumulados.

O **Total do Patrimônio Líquido** aumentou em R\$ 2.009.498,34 do ano de 2021 para 2022, sendo esse valor composto em sua totalidade pelo **Resultado Patrimonial no Exercício de 2022**.



ESTADO DE SERGIPE  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

➤ **Resultado apurado na Demonstração dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes**

ATIVO	2022	2021	PASSIVO	2022	2021
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	<b>19.123.055,67</b>	<b>23.330.912,89</b>	<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>	<b>10.483.180,71</b>	<b>11.945.650,30</b>
Caixa e Equiv. Caixa	19.123.055,67	23.330.912,89	Restos a Pagar Processados	293.366,48	38.500,00
			Restos a Pagar Não Processados	9.554.793,53	11.558.606,96
			Depósitos e Cauções em dinheiro	362.264,74	348.543,34
			Consignações	272.755,96	0,00
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>90.149.601,77</b>	<b>83.390.902,37</b>	<b>PASSIVO PERMANENTE</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Estoque	1.873.959,22	1.451.286,36			
Imobilizado	82.420.958,85	77.114.540,31			
Intangível	5.854.683,70	4.825.075,70			
<b>TOTAL DO ATIVO (I)</b>	<b>109.272.657,44</b>	<b>106.721.815,26</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO (II)</b>	<b>10.483.180,71</b>	<b>11.945.650,30</b>
<b>SALDO PATRIMONIAL (III) = (I - II)</b>				<b>98.789.476,73</b>	<b>94.776.164,96</b>

O **Saldo Patrimonial** (Ativo - Passivo) representa um total de **R\$ 98.789.476,73**, cabe destacar que houve um acréscimo de R\$ 4.013.311,77 referente ao exercício de 2021.

➤ **Quadro das Contas de Compensação**

Este quadro apresenta os atos potenciais do ativo e do passivo a executar, que potencialmente podem afetar o patrimônio do ente.

Quadro das Contas de Compensação

ATOS POTENCIAIS ATIVOS	Exercício Atual	Exercício Anterior	ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	Exercício Atual	Exercício Anterior
EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	4.450.846,45	4.132.802,90			
<b>TOTAL</b>	<b>4.450.846,45</b>	<b>4.132.802,90</b>	<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

O saldo dos **Atos Potenciais Ativos** é de R\$ 4.450.846,45, sendo que em sua totalidade é representado por Apólices de Seguro-garantia dada por empresas prestadoras de serviços, conforme determina a Lei N° 8.666/93 (Lei de Licitação). Não há saldo dos Atos Potenciais Passivos.



ESTADO DE SERGIPE  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

➤ **Superávit Financeiro**

QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL  
PERÍODO DE DEZEMBRO/2022

Exercício de: 2022

FONTES DE RECURSOS		Exercício Atual	Exercício Anterior
Ordinários		8.639.874,96	11.385.262,59
0270	RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	8.385.374,96	11.385.262,59
0293	ALIENAÇÃO DE BENS	254.500,00	0,00
<b>TOTAL</b>		<b>8.639.874,96</b>	<b>11.385.262,59</b>

Conforme o Quadro do Superávit Financeiro (Ativo Financeiro – Passivo Financeiro), anexo do Balanço Patrimonial, observa-se que esse apresentou **Superávit Financeiro** no valor de **R\$ 8.639.874,96**, sendo Fonte de Recursos para abertura de créditos adicionais. Salienta-se que houve uma **redução** de **R\$ 2.745.387,63** em comparação ao exercício de 2021.

➤ **Resultado Patrimonial do Exercício**

A Demonstração das Variações Patrimoniais foi elaborada de acordo com o artigo 104, da Lei nº 4.320/64, com estrutura orientada pela 9ª Edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP e Instruções de Procedimentos Contábeis – IPC 05, tendo por escopo a evidenciação das alterações verificadas no patrimônio, resultantes e independentes da execução orçamentária, através da apuração do resultado patrimonial do período.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2022	2021
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	75.483.665,74	65.893.070,23
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	136.824,97	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	2.622.381,82	1.185.815,60
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	90.476,80	0,00
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	59.469,63	46.549,88
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	25.768.602,99	25.904.255,46
<b>TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>104.161.421,95</b>	<b>93.029.691,17</b>

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2022	2021
BENEFÍCIOS A PESSOAL	15.088.209,92	5.703.049,64
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	3.552.720,71	2.131.845,28
SERVIÇOS	55.645.871,12	81.978.682,75
DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	2.638.129,54	2.921.195,85
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	4.526,95	0,00
PERDAS COM ALIENAÇÃO	269.922,00	0,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	1.070.731,66	1.161.936,62



ESTADO DE SERGIPE  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	23.881.811,71	1.293.999,91
<b>TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)</b>	<b>102.151.923,61</b>	<b>95.190.710,05</b>

<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I - II)</b>	<b>2.009.498,34</b>	<b>-2.161.018,88</b>
--	---------------------	----------------------

Através do confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas, chegou-se ao **Resultado Patrimonial do Exercício positivo em R\$ 2.009.498,34**, sendo superior em R\$ 4.170.517,22 referente ao exercício anterior. Ressaltamos que o referido superávit se encontra devidamente registrado em Resultados Acumulados, no Balanço Patrimonial.

➤ **Dívida Flutuante**

Conforme determina o Art. 92 da Lei 4.320/64, a Dívida Flutuante compreende:

I - Os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida;

II - Os serviços da dívida a pagar;

III - Os depósitos;

IV - Os débitos de tesouraria.

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE - Anexo 17 da Lei Nº 4.320/64  
PERÍODO DE DEZEMBRO/2022

Exercício de: 2022

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		Inscrição	Baixa	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	38.500,00	10.968.748,13	10.713.881,65	293.366,48
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	38.500,00	10.968.748,13	10.713.881,65	293.366,48
SUBTOTAL	38.500,00	10.968.748,13	10.713.881,65	293.366,48
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	11.558.606,96	21.113.400,49	23.117.213,92	9.554.793,53
EXECUÇÃO DE RP NÃO PROCESSADOS	11.558.606,96	21.113.400,49	23.117.213,92	9.554.793,53
SUBTOTAL	11.558.606,96	21.113.400,49	23.117.213,92	9.554.793,53
DEPÓSITOS	348.543,34	6.158.031,99	5.871.554,63	635.020,70
VALORES RESTITUÍVEIS	348.543,34	6.158.031,99	5.871.554,63	635.020,70
SUBTOTAL	348.543,34	6.158.031,99	5.871.554,63	635.020,70
<b>TOTAL</b>	<b>11.945.650,30</b>	<b>38.240.180,61</b>	<b>39.702.650,20</b>	<b>10.483.180,71</b>

O Saldo da Dívida Flutuante é R\$ 10.492.180,71, sendo inferior em R\$ 1.462.469,59 referente ao exercício anterior.



ESTADO DE SERGIPE  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

## 7. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

A Demonstração de Fluxo de Caixa foi apurada pelo método direto, de acordo com as orientações do MCASP e Instruções de Procedimentos Contábeis – IPC 08.

O resultado líquido das **Atividades Operacionais** ficou positivo em R\$ 5.019.778,18.

O resultado líquido das **Atividades de Investimentos** ficou negativo em (R\$ 9.227.635,40).

Não houve Fluxo de Caixa referente às **Atividades de Financiamentos**.


A **Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa** ficou negativa em (R\$ 4.207.857,22).


O saldo relativo à Caixa e Equivalentes de Caixa Final é de R\$ 19.123.055,67 e corresponde ao saldo total apresentado nos Extratos Bancários. Além disso, esse saldo está composto da seguinte forma:

### Verificação da disponibilidade financeira por Recurso até 2022/12

Recurso/Destinação	Empenhos a Pagar Processados		Empenhos a Pagar Não Processados		Depósitos	Disponibilidade Financeira		
	Exercício Anteriores	Exercício Atual	Exercício Anteriores	Exercício Atual		Saldo Financeiro	Realizável	Disponível
0270 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	293.366,48	0,00	9.554.793,53	635.020,70	18.868.555,67	0,00	8.385.374,96
0293 - ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	254.500,00	0,00	254.500,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>293.366,48</b>	<b>0,00</b>	<b>9.554.793,53</b>	<b>635.020,70</b>	<b>19.123.055,67</b>	<b>0,00</b>	<b>8.639.874,96</b>

Aracaju/SE, 20 de abril de 2023.

  
Augusto Mendonça Conceição  
Diretor Financeiro  
CRC/SE nº 5320/SE

  
Samuel Freitas de Souza  
Chefe da Divisão de Contabilidade  
CRC/SE 6703/SE